

## Salomão Muchanga questiona atrevimento da total "Quem é a Total para determinar questões tão sensíveis e soberanas?"



Pag. 07

Laura sobre a nova lei  
"Está claramente  
disfarçada de  
autoritarismo"

Pag. 06

Pag. 04

Afirma presidente  
"A colonização não acabou e há  
que acabar com ela"

Mesquita questiona facilidade no negócio da heroína

"Treinam os cães de raça para morder  
no próprio povo que roubam..."



## Retirada de tropas Moçambicanas de Afungi e Palma: Não há espaço para a banalização da nossa soberania



Um relatório estranho da Total, empresa de capitais franceses, sobre a situação de segurança na região onde está instalado o mega-projecto de gás natural LNG em Afungi, Cabo Delgado, norte de Moçambique, tem a conclusão decidida de que a segurança desta região em caso de retoma, seja entregue a força Ruandesa para protecção. Tratam a segurança de todo um povo como se de negócio de mercadinho se tratasse, sem consulta e sem anuência do Estado pelo menos em termos formais, porque a este iríamos exigir a prestação de contas sobre a autonomia para tamanha decisão.

Consta do mesmo relatório que a retomar, toda a tropa Moçambicana deve ser removida para, substituí-la pela força Ruandesa. Isto é de uma afronta à soberania Nacional e tem o devido repúdio e desprezo da Nova Democracia.

### As questões que se colocam são:

1. Quem é a Total para determinar

questões tão sensíveis e soberanas como estas?

2. Com que autoridade e autonomia a Total julga que pode chegar e definir como quer viver e estar em Moçambique?

3. Quem determinou que pelo facto de ser concessionária tem direitos absurdos de uso e aproveitamento de terra e seus recursos definidos ao nível da nossa Constituição da República como propriedade do Estado?

Se não pretendem mais explorar os recursos em Moçambique coloquem no mercado os projectos para que outros países e investidores venham explorar ou devolvam ao povo soberano de Moçambique.

Se estão em negociatas com o partido do dia para a venda das terras dos Moçambicanos, que a França e o Ruanda garantam espaços territoriais em seus países para que as populações de Palma e Cabo Delgado no geral, tenham acesso livre e sejam regidos pelas Leis Moçambicanas em território Francês e

Ruandês sem restrições e com acessos livres.

Enquanto povo Moçambicano e soberano não permitiremos que sabotem os interesses nacionais, com terroristas encomendados para vir retirar a terra e riquezas do povo Moçambicano.

Não permitiremos e a Nova Democracia irá organizar o povo de norte e em todo Moçambique para que estas manobras de exploração sejam denunciadas e removidas.

Se a França pretende através das suas empresas investir em Moçambique, terá de respeitar a soberania do povo e a integridade do Estado Moçambicano, sem possibilidade de negociatas.

O efectivo da tropa Moçambicana deve continuar lá, para a garantia dos interesses do Estado Moçambicano, dentro dos projectos e não aceitamos uma segunda via.

Em Moçambique a história de exploração de riquezas naturais seguirá o modelo Moçambicano, dentro da perspectiva de desenvolvimento e nenhum Estado fantoche, fascista e colonizador poderá experimentar humilhar os Moçambicanos.

A ser necessário aumentaremos o tom de voz para, que a nossa mensagem enquanto Nova Democracia e representante do povo Moçambicano, seja entendida e compreendida e desde já avisamos que não descartaremos a mobilização popular se esta manobra exploratória for insistida.

Mais ainda apelamos ao fim urgente destas investidas contra uma Nação independente e soberana que é Moçambique.

As riquezas de Moçambique pertencem aos Moçambicanos e nenhum outro país ou povo mais e garantiremos a manutenção do respeito da soberania do povo Moçambicano.

O povo Moçambicano, dono de tudo, é amigo do povo francês mas a Total parece que Não.

Tempo de vencer



## ANÁLISE DOS CONFLITOS LABORAIS ASSOCIADOS À EXCLUSÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM MOÇAMBIQUE

Por: Gerson Francisco Marques

O desenvolvimento, a difusão e o uso das TICs constituem as forças condutoras das sociedades de informação e de conhecimento, (Minyengu, 2013). Na administração pública, a informatização obriga sim a reorganização das instituições, a implementação de planos adequados aos equipamentos e programas utilizados, contribuindo para a melhoria da qualidade das actividades desempenhadas. Poderá também substituir o homem de tarefas de grande precisão e extremamente repetitivas.

Assim, a Estratégia de Implementação do Governo Electrónico defende acesso generalizado às Tecnologias de Informação e Comunicação pretendendo que este seja do alcance de todas as pessoas o que significa que enquanto o governo estiver disponível e disponibilizado, electronicamente, (através de páginas de internet, email, contactos telefónicos para chamadas ou SMS e outras formas do governo electrónico), o povo (as pessoas), poderá beneficiar mais efectivamente, dos seus serviços e quiçá, participar da sua governação, (EIGEM, 2005, pp. 7-8).

Neste sentido, com o advento das TIC's em Moçambique, a Administração Pública vem ganhando novo formato, o que impele ao profissional no acompanhamento das tendências dessa evolução a fim de agregar valor e modernidade às suas funções. Entretanto, às TIC's, ao mesmo tempo em que trazem oportunidades, trazem uma série de desafios, e um dos maiores é a exclusão digital na Administração Pública moçambicana que, conseqüentemente suscita conflitos internos e externos diante desse novo cenário.

Importa salientar que, a questão da

exclusão digital não é um factor tão simples como ter o acesso à Internet, mas sim uma ocorrência de problemas como a pobreza e a desigualdade, (Chettyet. al., 2018). E esse desequilíbrio é identificado na relação de forças do mercado, no investimento desigual em infra-estruturas, na discriminação, em esforços políticos insuficientes, na cultura de competição. A exclusão digital se manifesta além do fato de não se possuir dispositivos de TIC ou não ter acesso a eles, mas também ao não saber usá-los, (Hosman& Comisso, 2020).

Assim, no presente texto faz-se a análise da exclusão digital na vertente da falta de habilidades dos funcionários no uso das TIC's na Administração Pública. A maioria das Instituições Públicas em Moçambique, senão todas, agrega funcionários de contextos diversificados, como idade, nível de escolaridade, origem social e cultural e sexo, sendo factores que actuam como barreiras para que as pessoas desfrutem dos potenciais benefícios das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Conforme aponta Neves (2009, p.39), um dos principais problemas da administração, que concludentemente gera conflitos laborais, reside na falta ou insuficiente coordenação e articulação e diferentes níveis, com os conseqüentes desperdícios de meios e falta de eficácia das medidas tomadas.

Nessa perspectiva, a cada dia, o número de pessoas mais vulneráveis a exclusão digital aumenta na Administração Pública moçambicana e, na sua maioria, são indivíduos da idade um pouco avançada, de nível educacional baixo, e notadamente mulheres. Assim, sendo um caso

que para além de reduzir, se agrava continuamente, questiona-se: Que repercussões tem a exclusão digital na Administração Pública frente às necessidades do povo? Deverá ser o desconhecimento constitucional da liberdade sindical na função pública em Moçambique que agrava as exclusões digitais? Ou é pela inobservância propositada desse imperativo legal? Que acções interventivas são levadas a cabo para garantir a inclusão digital na função pública em Moçambique? Qual é o papel do movimento sindical face às exclusões digitais perpetradas na Administração Pública?

Concordando com Neves sobre os principais problemas de administração, Daft (2002), é corajoso em afirmar que, algumas características organizacionais peculiares podem gerar conflitos, essas sendo definidas pelos factores contextuais do ambiente, tamanho, tecnologia, estratégia, metas e estrutura organizacional da empresa. E na verdade, a questão da implementação das tecnologias de informação e comunicação provoca inúmeros conflitos na função pública em Moçambique.

Contudo, para mitigar a problematizados conflitos laborais associados a exclusão digital na Administração Pública moçambicana, faz-se necessário que o Governo trace políticas públicas abrangentes para alocação de ferramentas na Administração Pública, para fortalecimento do processo de uso e domínio das tecnologias de informação e comunicação. Outrossim, a Formação de Funcionários e Gestores na área das tecnologias de informação e comunicação na Administração Pública, contribuirá para o sucesso das TIC's.

## “A nossa relação com o exterior deverá ser de irmandade e parceria”



### Por: Tânia Muinga

Na verdade as pessoas tiveram coragem de recensurar e votar pelo cansaço da desorganização em que o país se encontra, por isso

antes de tudo quero agradecer ao povo moçambicano pela coragem de ir as urnas e principalmente pela coragem de votar e

escolher certamente.

O país vai mudar a partir de já, vamos fazer novos planos, melhor as condições humanas da população. Temos que mexer antes de mais na produção, é tanta terra que temos para essa fome exacerbada, a fome deve ser dizimada em Moçambique e isso não pressupõe tanta dependência dos produtos sul-africanos. O País é capaz de se aguentar sem a África do sul, vamos reduzir o mukhero, vamos criar condições para que os mukheristas consigam desenvolver suas atividades internamente e ganhem muito mais.

Para isso temos que admitir que a colonização não acabou e há que acabar com ela, não vamos mais depender da África do sul e nem de qualquer outro país, reduzir com o intuito das doações e inclusive fazer desaparecer

a dita mão estendida. A nossa relação com o exterior deverá ser de irmandade e parceria mas não de favores ou doações.

Vamos organizar os enfermeiros, os médicos, os professores a polícia e os demais técnicos fazedores de Moçambique. Vamos tirar as crianças debaixo das árvores, construindo salas de aula equipando-as devidamente, não haverá mais madeira para china enquanto as escolas não tiverem carteiras completamente e quando a exportarmos será para o benefício dos moçambicanos e não um grupo de moçambicanos. Os nossos recursos terão de beneficiar aos moçambicanos ainda que seja pelo garimpo, melhor do que entrega a kenmare ou outro qualquer explorador para benefício de algumas famílias da elite, tudo isso terá de acabar.

PUBLICIDADE



**ethale**  
Publishing

## O ministro dos ministérios

Pelas barbaridades que ocorrem no quotidiano nacional, torna-se impossível recusar a existência de um sector dedicado à destruição e porque é donde tudo devia partir ou talvez parta mesmo, fica fácil então identificar tal sector, o ministério da educação, visto que, está tudo destruído o que não está deverá estar, tudo fruto da educação ou formação – seja ela formal ou informal – que é dada aos indivíduos deste país. Isso está tão mal que o slogan da vitória no caso de eleições no país, pode ser “pararemos com a destruição” ainda que não se construa nada, não desorganizar já será uma vantagem. Não só, a organização desorganizada sempre se fez sentir no ministério da educação, é neste sector que se evidencia um pouco mais para além da corrupção, é um sector de frequentes mudanças, em que cada dirigente desfaz das suas, mexendo com tudo, desde os conteúdos, instrumentárias até chegar ao que se pode considerar de banalização de conteúdos, a actual ministra consagrou esse facto, imprimiu estupidez, caso que desperta a curiosidade de saber em que escolas estudam seus filhos? Esses

casos tornam-se esclarecedores sobre o tipo de nação que é Moçambique.

Ninguém em Moçambique é formado para ser cidadão, o plano deste sector e o que se consegue alcançar e talvez em uma percentagem mínima, é a luta pelo analfabetismo, ensinar a ler e escrever, uma acção incluída na política deste sector aquando da independência, de lá para cá, cada um vai provando a sua incompetência com inúteis mudanças de curricula. Como pode se tentar formar para cidadania se os próprios formadores nada entendem de cidadania, e os que muitos pouco entendem, muito medo tem de exercer-la. Professoras do sistema nacional de ensino são também marionetes dos que dirigem sabotando o saber neste bunker que auto intitulou de Estado, não se pode esperar cidadãos do futuro quando tais formadores são tranca fiados numa caixa de controlo remoto que mal os permite algum movimento.

Esses dirigentes sabem disso, tanto que aos professores humilham estupidamente, fazendo valer o pensamento de Einstein “estou mais seguro da existência da estupidez pela destruição

que causamos um ao outro para demonstrar que temos mais poder”. O professor é o mais destruído dos funcionários ou profissionais nacionais, à este nem o direito de reivindicar lhe é concebido porém, admita-se, este direito nunca foi concebido, o cidadão exerce-o pela força da sua cidadania.

Eis o fulcro da questão, de que está a espera o professor para exigir a dignidade que lhe é retirada dia pós dia, talvez da famigerada volta de Cristo. Aliás este deve ser o argumento de qualquer ministro desta agremiação quando questionado no conselho de ministros sobre a possibilidade dos professores se manifestarem exigindo batatas de trabalho apenas, “esses não se manifestarão jamais enquanto Cristo não voltar”, e esta de facto parece que é a mais pura verdade.

Não é idiota o ministro da educação que assim reage, todavia, foi demasiado estulta a posição de Armindo Tiago em relação ao seus funcionários, este confundiu o ministério que dirige, subestimou os enfermeiros, reduzindo-os à categoria de professores. Ministro, isto é saúde e não educação.

### FICHA TÉCNICA

Director Editorial: Douglas Madjila

Administração: Hélio Pinto ; Contactos: 841385148 / 87 3017860

Redacção: Benta Edith, Orlando Júnior, Jéssica Monteiro Redacção : 87 5308210/ 82 3308210

Numero de Registro de Entidade Legais: DISP.67/GABINFO-DEPC/210/2022

Endereço: Av. Amílcar Cabral, 1542 1º andar ; Cidade de Maputo Email: luzdopensamentomz@gmail.com



DO PENSAMENTO

**“Tudo o que consegue está a entrar nos aviões militares directamente de Pemba para Kigali”**

Por: Pedro Mesquita

Recentemente sete neocolonialistas provavelmente de Maputo, com conexões ao partido Frelimo, foram detidos em Pemba por facilitarem a exportação de pontas de elefante o que é completamente ilegal.

Tudo funcionários públicos ou trabalhando em empresas publicas, a facilidade com que estes neocolonialistas vindos lá do Maputo roubam o povo moçambicano é algo que deveria envergonhar o Partido Frelimo há já 49 anos no poder em Moçambique, uma ditadura cleptocrata.

O Padrinho Filipe Jacinto Nyusi entretanto fez um acordo com o Sr. Paul Kagamé, já são 2800 soldados do Ruanda em Cabo Delgado,

essa soldadesca do Ruanda tem fama de onde tem passado, roubar tudo o que consegue, é isso que tem feito ao longo dos 30 anos que financia o M23 e exporta grandes quantidades de Cobalto, produzindo pouco ou nenhum Cobalto no Ruanda.

Cobalto e ouro roubado ao povo da Republica Democrática do Congo, mas exportado pelo Ruanda.

Em Cabo Delgado é isso que a soldadesca do Ruanda tem feito, ouro, rubi, marfim tudo o que consegue está a entrar nos aviões militares que saem directamente de Pemba para Kigali, a fiscalização é nula.

Os neocolonialistas da Frelimo de Maputo treinam os cães de raça para morder no

próprio povo que roubam, mas não são capazes de treinar cães de raça para cheirar e apanhar a heroína, ou as pontas de Marfim, que entram e saem ilegalmente do país.

Quantos cães de raça estão em Pemba no Aeroporto para cheirar as bagagens da soldadesca do Ruanda, ou no Porto de Nacala por onde tanta heroína entra?

Ao Padrinho Nyusi que lidera o tráfico de heroína, junto com os militares não interessa cães de raça para cheirar e apanhar a heroína.

Até quando os neocolonialistas assassinos da Frelimo de Maputo vão continuar a roubar o bom povo de Moçambique?



Quinta-Feira, 08 de Junho de 2023

**Tabela Cambial**

	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>USD</b>	63.25	64.51
<b>ZAR</b>	3.32	3.38
<b>EUR</b>	67.77	69.12



Laura A. Nhaueleque

*É uma Lei Fascista. Contendas Junto à Proposta Lei do Estatuto das Organizações não Governamentais em Angola.*

O parlamento angolano aprovou, em unanimidade há poucos dias, um projeto de Lei sobre o direito de associação e manifestação no país cujo diploma, segundo a agência de notícias, se compõe de 20 artigos e visa invalidar a Lei nº16/91, de 11 de maio – Lei Sobre o Direito de Reunião e de Manifestação, em funcionamento. O parlamento ainda **aprovou a proposta Lei do Estatuto das Organizações não Governamentais (ONG)** que passou no parlamento graças aos 105 votos favoráveis do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). No entanto, União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) votou contra com 69 votos e, ainda, duas abstenções da coligação, Partido de Renovação Social (PRS) e Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA). Além do mais, as reacções vindas de vários quadrantes consideram que esta proposta é **“um artifício para limitar, condicionar, restringir e manipular”** o gozo do direito à reunião no país.

O Estatuto, de acordo com a justificação do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Marcy Lopes, vem trazer uma harmonização entre a nova lei sobre associação no país e as organizações não governamentais. “Hoje, obviamente – segundo o ministro – aquilo que regula as matérias associadas às ONG encontra-se desajustada e, por esta razão, carecem de actualização, bem como de precisão sobre o motivo de inscrição, o modo de organização também de funcionamento destas instituições e tornou-se deste modo imprescindível a criação de instrumentos legais para garantir a organização destas instituições. Quer pela dificuldade de supervisão por parte dos organismos do Es-

tado, bem como por alguma resistência dos doadores e as próprias organizações, especialmente as internacionais, em cumprirem as leis vigentes no país”.

Aquilo que semeia contendas em Angola é justamente a proposta de lei sobre o estatuto das organizações não governamentais, tal como aconteceu há cerca de 10 anos, aquando da aprovação do **decreto presidencial 74/15 de 23 de Março**. Este documento afirmava na altura, a conveniência de o quadro jurídico local criar uma norma que regulamentasse a actividade das organizações não governamentais no país, para assim, adequar à nova realidade de desenvolvimento sócio económico e jurídico-constitucional e de forma a assegurar e a promover a sua participação efectiva no crescimento sustentável das comunidades beneficiadas. O decreto ainda afirmava que a necessidade da aprovação da regulamentação serviria como um entrave a potenciais comportamentos ilícitos e criminosos como lavagem de capitais, financiamento de guerras no caso concreto, terrorismos. Porém, esta lei foi considerada inconstitucional pelo tribunal constitucional do país e, por isso, nunca foi materializada.

Hoje como no passado, muitas figuras nacionais e internacionais já se mostraram contra o Estatuto das ONG, como é o caso do presidente da associação “Mão Livres”, Guilherme Neves. Ele acha que a lei pode ser uma “desculpa” do Governo ter um dispositivo legal que facilita as suas pretensões”. Além do mais, ao serem aprovados documentos legais domésticos, deve-se respeitar “os instrumentos internacionais de promoção e defesa dos direitos humanos”. Porque do ponto de vista de Neves, “o que

se pretende, na verdade, é controlar esse terceiro sector, talvez para facilitar algumas posições ou então afastar algumas vozes críticas.”

Serra Bango, presidente da “Associação Justiça, Paz e Democracia” (AJPD) se estende na mesma esteira de Neves – ao criticar negativamente os fundamentos em torno da criação de um instrumento que assegure, proteja o país de possível transformação em um palco de financiamento de terrorismo e branqueamento de capitais – uma vez que estes comportamentos não são verificados em ONG e nem mesmo os processos que estão no tribunal não são de ONG.

Seja devido a este projecto de lei que aumentou a desconfiança do povo, seja pela inflação de vários produtos, incluindo combustíveis e ou outros problemas sócio económicos e até políticos, Angola voltou a viver momentos de tumultos. As manifestações voltaram às ruas. Como resposta, sobretudo para não “violiar a santa tradição da repressão”, um polícia alveja mortalmente um cidadão devido às manifestações de protesto.

Muitos africanos convivem no seu dia-a-dia com governos híbridos, ou seja, que incentivam a repressão como “sombra para refugiar” as suas incapacidades de gerir os problemas dos cidadãos; outros preferem mudar a própria Lei para criar uma que os favoreça e ou beneficiem, ou então os descriminalizem. De fato, a lei em andamento em Angola é o exemplo vivo disso, ela está claramente disfarçada de autoritarismo, repressão e controlo desmedido, onde as associações – caso esta se materialize – serão obrigadas a se “curvarem” diante do poder governamental e político do dia, sob pena de serem consideradas transgressoras da lei.

	Assinaturas		
	Mensal	Semestral	Anual
Instituições/Função Pública	1700.000MT	10.000MT	20.000MT
Embaixadas e Fora do País	100 USD	550 USD	950 USD



## Profetismo em moçambique: análise da expansão de falsos profetas nas igrejas pentecostais

Por: Merciano Marques

O profetismo é um ministério, exercício ou ofício religioso, voltado ao anúncio das mensagens reveladas por Deus, sobretudo à pessoa singular e colectiva (Povo/Igreja), advertindo o abandono de actos pecaminosos, exortando a permanência na fé, no sentido de alcançar-se a justiça e purificação. Além disso, no profetismo o verdadeiro profeta providencia a Educação (ex. Escola dos Profetas instituída por Samuel “2Reis 4: 38”), obra de Saúde que se resume por milagres operados (ex. 1 Reis 17: 17-24), etc.

Num contexto da diversidade religiosa, surgem teólogos e pastores, auto-intitulando-se de Profetas nas suas congregações religiosas, especialmente cristãs, criando doutrinas que não se adequam às Sagradas Escrituras, que consequentemente, distorce a mentalidade de vários crentes.

Em vários debates promovidos pela *StrongLive*, no Programa “Hora do Debate”, dirigido por Teólogo e filósofo Teófilo Massango, é sempre comum acompanhar intervenções em que a maioria dos homens de Painel apelida de Profetas chamados por Deus para anunciar a mensagem revelada por Deus. Nesta senda, encheidos de ânimo, tais profetas ilegítimos, usurpam do Poder que detém, defraudando tal atributo Sagrado e impondo crenças desacertadas nas suas congregações. Assim, tratando-se de actos afastados as Sagradas Escrituras, tem-se notado maior violação dos Direitos Humanos, numa altura em que as *medias* espelham vídeos ilustrando

crentes sendo chicoteados, alegadamente de actos de consagração dos membros. Não obstante, vigoram ideias de prática de Jejum de 40 dias, tal qual, fez Moisés (Êxodo 34: 28), Elias (1 Reis 19: 8) e Jesus Cristo (Lucas 2: 2), mas a finalização de tal Jejum tem sido um desastre, pois crentes morrem por ficar muitos dias sem se alimentar ou beber água.

Entretanto, concebidas essas imoralidades, infere-se que o termo profeta nos dias actuais é mal interpretado e, tornando necessário um despertar da sociedade que cegamente aceita tais inconvenientes. Por se tratar de proclamação de mensagens reveladas por Deus, seria grande motivo de celebração, pois seria o cumprimento dos dizeres de Cristo Jesus sobre a proclamação do evangelho eterno ao Mundo, no geral, numa altura em que Cristo Jesus deu a Missão ao seu Povo de anunciar ao Mundo as boas novas da Salvação e baptizando em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.

O termo profeta do Hebraico-bíblico revela que o verdadeiro profeta não era um anunciador comum, como é nos dias actuais, portanto profeta é um *Porta-voz de Deus, homem de Deus com mensagens inspiradas* (1 Reis 12:22); os profetas revelavam assunto confidencial da divindade para a humanidade (Amós 3:7).

Na perspectiva do Greco-bíblico, profeta é alguém que proclama, torna conhecidas mensagens atribuídas a uma fonte divina, não simplesmente aquele que prediz o futuro. Porém,

diferentemente dos atributos que os antigos profetas gozavam, nos dias actuais, expandem-se falsos profetas que para além de exercerem o ministério divino, tencionam, naturalmente obter riquezas, numa altura em que os seus feitos não inspiram confiança. Como dito acima, são profetas ilegítimos que de tudo fazem para agradar ao Povo (Igreja), abordando mensagens de prosperidade e operando milagres para chamar a atenção do Povo.

Convém frisar que, o profetismo não foi interrompido por Deus, Deus sempre se comunica com a sua Igreja/Povo por intermédio dos seus profetas, todavia, o verdadeiro profeta, vê-se pelos seus frutos, ele deve harmonizar seu comportamento, seus desejos e seus objectivos com a vontade divina.

Portanto, os profetas que se fazem soar nos dias actuais, não passam de simples enganadores antevistos por Cristo em Mateus 24:11, segundo o qual nos últimos dias “surgirão muitos falsos profetas e enganarão a muitos”. Todavia, apela-se a todo Homem que antes de abraçar uma crença, importa primeiro examinar profundamente as escrituras, já que muitos alegam estar a Adorar a Deus teoricamente, seguindo preceitos humanos, conforme ilustra a Bíblia em Marcos 7: 7, que “em vão me adoram ensinando doutrinas que são preceitos de homens”.

Saudações em Cristo Maranatha!

**PUBLICIDADE**

# Potlatch

*business consulting*



# EDIÇÃO ESPECIAL DE RÓTULOS “SALVEM-NOS”





# MARCHA DA LIBERDADE 24 DE JUNHO DE 2023

**IN** DEPENDÊNCIA É POVO NO PODER  
DEPENDÊNCIA É LIBERDADE

**MAPUTO**  
**CONCENTRAÇÃO**  
Por anunciar em breve





1º de junho:  
**DIA INTERNACIONAL DAS CRIANÇAS**

Paco Planelles / Espanha

**MENSAGEM: S.O.S. CHILDREN**

Moçambique - comemora-se cada 1 de Junho, como o Feliz Dia da Criança (ou "Dia das Crianças") porque, é muita verdade que ser criança é fazer amigos antes mesmo de saber o nome deles. Nosso mensagem -hoje, 1º de Junho è, Children for Peace para celebrar neste feliz dia uma futura dedicação generosa dos Governos é dirigida a todos os meninos, meninas, rapazes e raparigas.moçambicanos; também, de outros povos africanos e ao redor do mundo para que os direitos das crianças sejam promovidos sobretudo na saúde, educação e alimentação. Portanto, - hoje, nesta celebração, reafirmamos nosso dever e obrigação de proteger a vida de nossos pequenos, **INDIFERENTE?, NÃO!**

Você é necessário.  
Vamos proteger a vida e os direitos de nossas crianças!

O mundo muda com o seu gesto.

A ONGD & Fundação espanhola S.O.S. CHILDREN & Associação K UWUNDLA e outras forças sociais moçambicanas - do Rovuma a Maputo, querem viver juntos - hoje, 1 de Junho; no Feliz Dia da Criança para todos os meninos, meninas, rapazes e raparigas, tenham acesso a boas e condições sociais, educativas, culturais e acima de tudo saúde, formação e alimentação. Por esta razão, ninguém pode, sob qualquer pretexto, por causa dos direitos das crianças, órfãos e mulheres, mães pobres e vulneráveis.

De S.O.S. Children / Castellón (Espanha) e a nossa "parceria" lhá, na Cidade de Maputo: Asso-

ciação Moçambicana K UWUNDLA, apelamos ao Governo moçambicano e a todos os cristãos aí presentes, para que também assumam a responsabilidade ou o seu compromisso e empenho na preservação dos Direitos das Crianças de lhá, em os países de África e ca, na Espanha; dando seu testemunho e exemplo de generosa dedicação na construção do Bem Comum de todos os Elhes. Para isso, devemos ajudar mais nossos pequenos filhos, mães e netos..

Assim, a esperança, a alegria e a alegria de todos os Elhes serão motivo -hoje, 1º de junho, Dia das Crianças -aqui e agora, um dia de esperança para todos os povos espanhóis, europeus e africanos.

**\*FELIZ DIA DAS CRIANÇAS!!**

**PUBLICIDADE**

**LUZ DO PENSAMENTO – *Semanário Digital***

**Preços de Publicidade por Edição**

1/1 pág.	10.500,00 MT
1/2 Pág.	6.500,00 MT
1/4 Pág.	4.000,00 MT
1/8 Pág.	2.500,00 MT
Rodapé primeira página	5.000,00 MT
Rodapé de pág. 2 em diante	1.500,00 MT